



# Relatório de Gestão



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

# União



## e movimento

### Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

# 7

## Princípios do cooperativismo



### 1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



### 2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



### 3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



#### **4) Autonomia e independência**

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



#### **5) Educação, formação e informação**

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



#### **6) Interooperação**

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



#### **7) Interesse pela comunidade**

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



# Para você e sua empresa



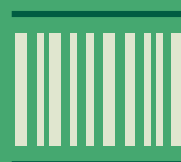
**Financiamentos**



**Empréstimos**



**Capital de Giro**



**Boletos**



**Maquininha**



**Cartões**



**Consórcios**



**Cheques**



**Aplicações**



**Seguros**



**Previdência**



**Conta Kids**



**App CredíSIS**



**Internet Banking**

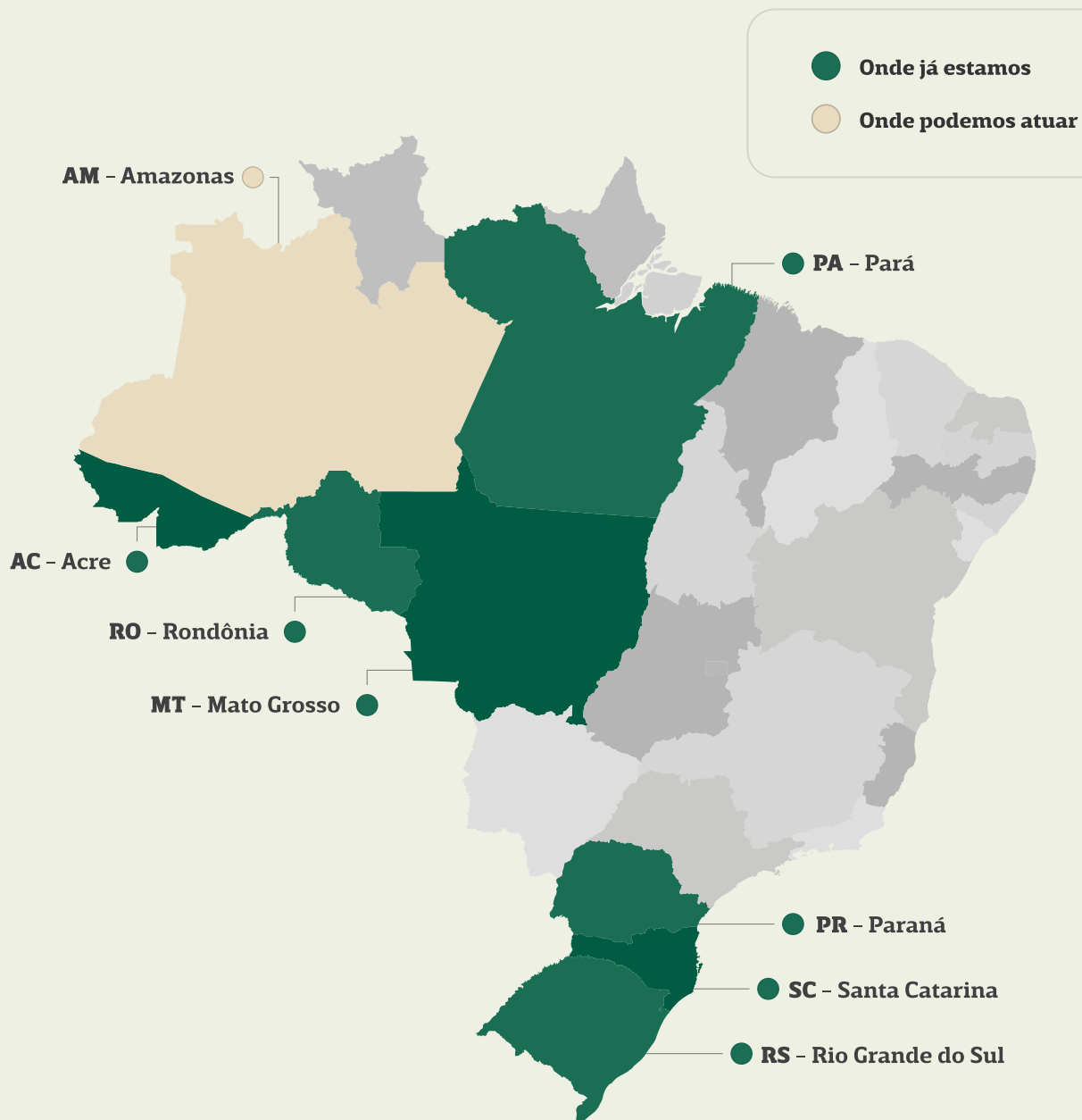


**Caixas Eletrônicos**



**Pix**

# Mapa de atuação



**07** estados • **51** municípios • **10** distritos

**12** cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



# A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.



# Sumário

---

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	13
Ações Sociais ESG	14
Relatório dos Auditores Independentes	15
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
<b>Balancos patrimoniais</b>	19
<b>Demonstrações do resultado</b>	20
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	20
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	21
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	22
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	23
1 Contexto operacional	23
2 Apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	24
2.2 Continuidade dos negócios	26
3 Políticas contábeis materiais	26
4 Caixa e equivalentes de caixa	30
5 Títulos e valores imobiliários	30
6 Relações interfinanceiras	30
7 Operações de crédito	31
8 Outros ativos financeiros	32
9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32
10 Outros ativos	32
11 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	33
12 Depósitos	33
13 Recursos de aceite e emissão de títulos	33
14 Outros passivos financeiros	34
15 Passivos contingentes	34
16 Outros passivos	34
17 Patrimônio líquido	35
18 Ingressos de operações de crédito	35
19 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	36
20 Dispêndios e despesas de pessoal	36
21 Outros dispêndios e despesas administrativas	36
22 Outros ingressos e receitas operacionais	37
23 Outros dispêndios e despesas operacionais	37
24 Outras receitas e despesas	37
25 Resultado não recorrente	37
26 Partes relacionadas	37
26.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	38
27 Índice de Basileia	39
28 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	39
29 Seguros contratados	40

## **Parecer Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da CREDISIS COOPESA Cooperativa de Economia e Crédito, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2023, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstrações de resultado abrangente, demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, notas explicativas as demonstrações financeiras e o relatório de gestão do conselho de administração.

Nos referidos exames, o Conselho Fiscal levou em consideração as análises realizadas nos livros, documentos e atos, bem como, os critérios e procedimentos contábeis, tudo em consonância com a legislação atual.

O Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa, pelo que são de parecer favorável que a Assembleia Geral Ordinária, convocada para tal fim, deva aprovar os aludidos documentos.

Porto Alegre, março de 2024.

**Marcos Jalif**  
Conselheiro Fiscal

**July Rodrigues da Silva**  
Conselheiro Fiscal

**Sidnei de Araújo Zacher**  
Conselheiro Fiscal

## Palavra do Presidente

A CrediSIS Coopesa nasceu em 14 de abril de 2003 com a união de empresários de diversos setores, ao longo desse período passamos por diversos momentos, sejam eles de crescimento ou dificuldades, sendo que graças a um trabalho de união dos associados, funcionários e parceiros todos os percalços que possam ter surgido foram superados, trazendo a evolução da cooperativa.

Com o tema “a união é o que nos move” a cooperativa busca valorizar todo associado e esperamos que cada vez mais possamos atender as suas necessidades, primando por oferecer produtos e serviços de qualidade, com custos reduzidos e com um envolvimento muito forte de toda nossa equipe que está em constante treinamento e vem sendo aprimorada para trazer as melhores soluções.

Agradecemos e contamos com o apoio de todos para continuarmos com o trabalho da CrediSIS Coopesa de forma a alcançarmos nossas metas.

Estamos sempre de portas abertas e à disposição de todos para avançarmos de forma conjunta, fazendo as melhorias necessárias em busca dos melhores resultados. Queremos continuar trilhando esse caminho de sucesso por muitos e muitos anos.

Saudações Cooperativistas.

### **Gabriele Rüchel de Souza**

Presidente  
CrediSIS Coopesa



## Relatório da Administração

Exercício 2023

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020, e a Instrução Normativa BCB nº 236, de 17/02/2022, e alinhados ao princípio fundamental da governança cooperativa, a transparência, apresentamos o relato de nossas atividades realizadas durante o segundo semestre de 2023.

As peças contábeis, as notas explicativas, os gráficos ilustrativos contidos no relatório contemplam a evolução dos números e o resultado apurado ao final do exercício de 2023. A CrediSIS Coopesa gerou sobras e leva a Assembleia resultados positivos. O ano foi encerrado com mais de 1,3 mil cooperados, e sobras que resultaram em 1,6 milhões, fechamos com 16 milhões em ativos, 12,3 milhões em patrimônio um crescimento de 13,55% comparado a 2022, com 2 milhões em depósitos totais e uma carteira de crédito atingiu a ordem de 2,6 milhões, e indicou um crescimento de 105,71%, ainda no tocante à carteira de crédito, o Índice de Inadimplência foi de 3,3%, um bom índice considerando a situação econômica vivida no país de: longo período de desindustrialização, endividamento das famílias, geração baixa de empregos formais, retomada modesta das empresas pós pandemia, e elevada taxa de juros.

Os números demonstram e reforçam nosso compromisso com um crescimento sólido e sustentável. Com foco em oferecer os melhores serviços financeiros pelo menor custo possível.

A intenção da CrediSIS Coopesa é investir e trabalhar para o crescimento contínuo da cooperativa e da sociedade onde atua, torná-la a principal Instituição Financeira dos cooperados alcançando resultados sempre positivos.

No ano de 2023 a Coopesa passou a integrar o Sistema CrediSIS que tem uma área de atuação que compreende os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.

A estrutura da CrediSIS Coopesa conta com 1 unidade de atendimento localizada dentro do complexo CEASA/RS, um conselho de Administração, um conselho fiscal, uma diretoria executiva e seus colaboradores, além de todo o suporte dado pela CrediSIS Central com o objetivo de organizar de forma centralizada, a prestação de serviços, oferta de produtos, supervisão e tecnologia.

Buscamos também a capacitação constante de nossos dirigentes, colaboradores e cooperados, participando de cursos e treinamentos de formação oferecidos pela Central por meio da Plataforma CrediSIS Educa, além da participação dos colaboradores nos treinamentos desenvolvidos pela área de negócios e área de riscos do Sistema CrediSIS, onde buscamos capacitação técnica e padronização sistêmica.

Visando proporcionar aos cooperados melhor agilidade no atendimento e maior proximidade, a CrediSIS Coopesa melhorou a estrutura física, modernizando o espaço interno e externo.

O ano de 2023 foi marcado por uma nova etapa, a CrediSIS Coopesa continuará com o mesmo propósito, para que o ano de 2024 traga novas conquistas sem deixar a essência, sem deixar de ser cooperativa, afinal, cooperar é o que nos move.

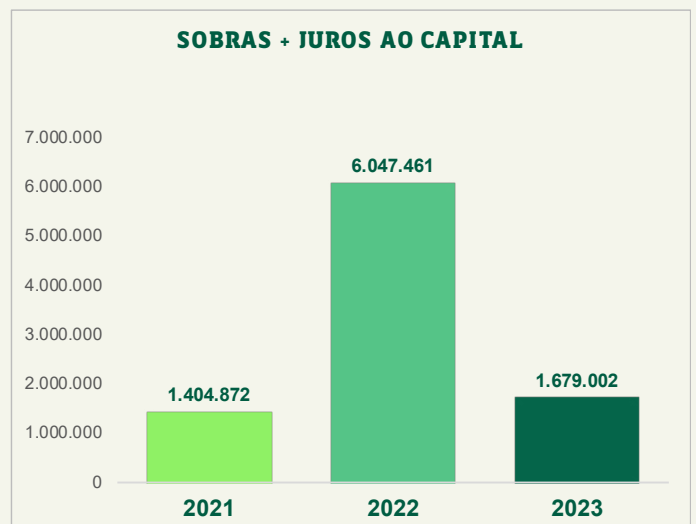
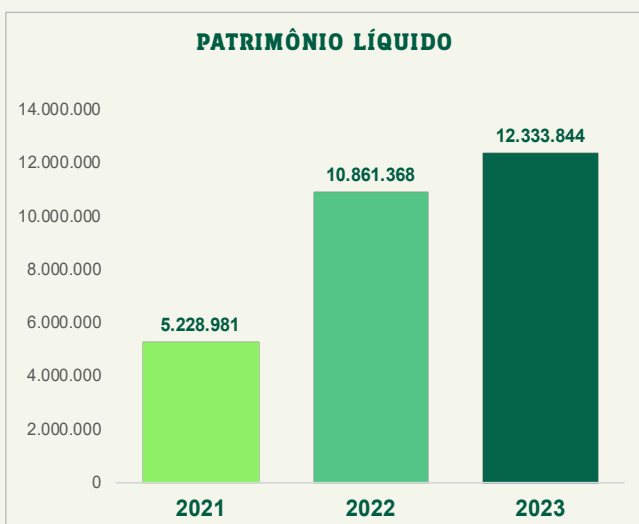
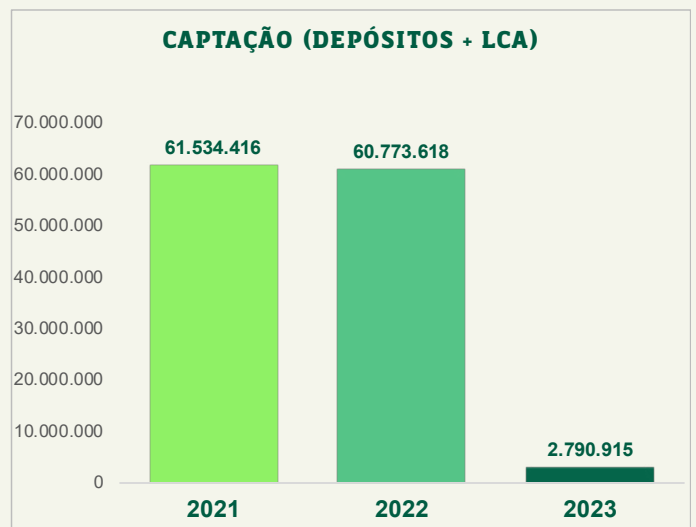
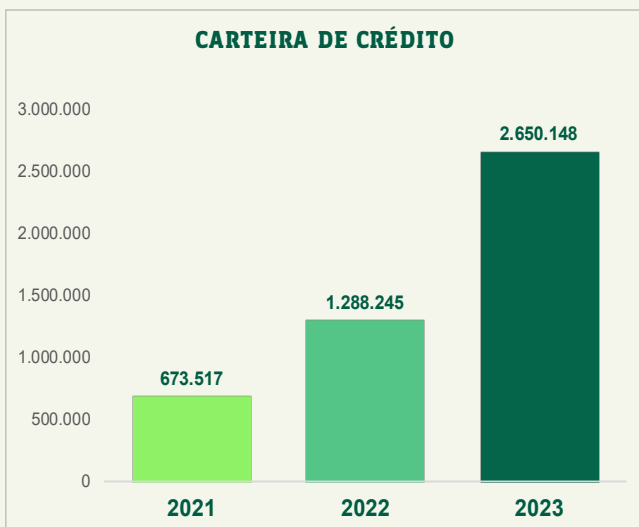
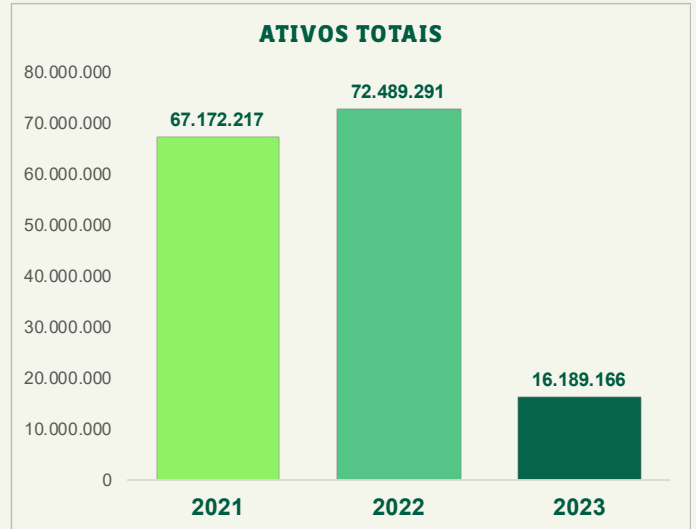
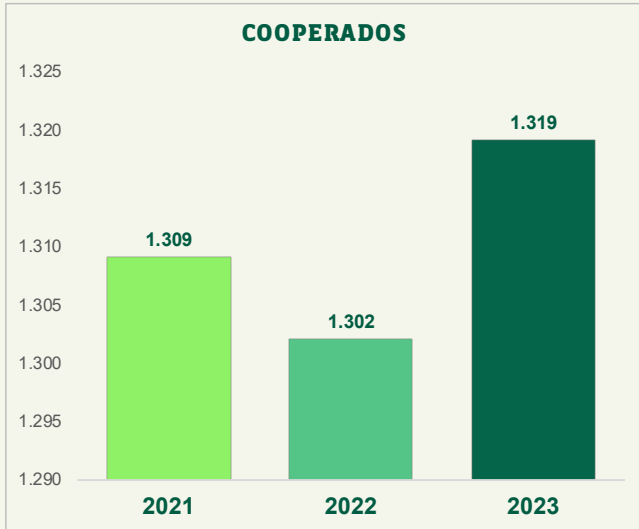
**Gabriele Rüchel de Souza**

Presidente do Conselho de Administração

**Cesar Augusto Kemper**

Vice-Presidente do Conselho de Administração

## Evolução dos Resultados



## Ações Sociais ESG



Festa Junina 06/2023



Natal solidário 12/2023



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre – Credisis Coopesa. Porto Alegre – RS

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre – Credisis Coopesa (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre – Credisis Coopesa, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião com ressalva

#### Limitações de escopo

##### **Circularização de capital social**

Até o término de nosso exame, não recebemos respostas de pedidos formais enviados a determinados associados, no montante de R\$ 2.862.755, representando aproximadamente 88% do total dos pedidos, para confirmação de capital social, cujo procedimento de auditoria é denominado circularização. Nessas circunstâncias, apesar de termos realizado testes alternativos, sem distorção relevante, não podemos firmar juízo sobre eventuais ajustes que poderiam ser requeridos nas demonstrações financeiras em função de informações advindas das respostas daqueles pedidos.

##### **Assessor jurídico - Processos em andamento**

Tomamos conhecimento através de resposta de nosso pedido formal ao assessor jurídico da Cooperativa, que existem processos de natureza criminal em andamento, conforme notas explicativas 8 e 15, onde a Cooperativa figura como investigada subsidiária. Os processos estão sob sigilo de justiça devido ao envolvimento de diversos réus, o que impossibilita o acesso a informações mais detalhadas. Ainda, conforme nota explicativa 6, a Cooperativa obteve rendimentos financeiros significativos, originados de recursos bloqueados de associados, relativos ao pedido de busca e apreensão criminal no processo 5064097-48.2019.4.04.7100/RS, os quais foram registrados em receita da Cooperativa e utilizados em parte para pagamento de suas despesas operacionais no exercício e, principalmente, em exercícios anteriores. Não há qualquer provisão para contingências registrada em relação a esse assunto.

Consequentemente, quaisquer análises ou interpretações das demonstrações financeiras devem levar em consideração essas limitações de escopo de nosso exame.

### **Associados em desacordo com o Estatuto Social**

Do montante do saldo de capital social de R\$ 4.146.932, conforme nota explicativa 17, R\$ 2.503.000 refere-se a quotas de capital social de associados relacionados ao processo criminal nº 5064097-48.2019.4.04.7100/RS, em trâmite na 7ª Vara Federal, onde a Cooperativa figura como investigada subsidiária, na fase processual atual. Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Cooperativa, tais associados deveriam ser eliminados do seu quadro social, o que não ocorreu, resultando em uma não conformidade com as disposições estatutárias. Assim, o montante correspondente às quotas de capital desses associados deveria ser reclassificado para “cotas de capital a pagar” no passivo circulante. Conseqüentemente, o patrimônio líquido e o passivo circulante estão a maior e a menor, respectivamente, no valor de R\$ 2.503.000.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para as notas explicativas 6 e 12, que tratam dos saldos de centralização financeira (ativo) e de depósitos (passivo), respectivamente, onde há uma redução significativa desses saldos no exercício de 2023, atribuída ao desdobramento do processo nº 5064097-48.2019.4.04.7100/RS, referente ao pedido de busca e apreensão criminal do saldo bloqueado de associados, conforme mencionado no parágrafo acima de Limitação de escopo - Assessor jurídico - Processos em andamento, causando impacto direto nos referidos saldos, resultando também, na redução significativa dos rendimentos registrados em ingressos de depósitos intercooperativos. Conforme nota explicativa 2.2, a administração da Cooperativa avalia com as informações atuais que não há dúvidas sobre sua capacidade de continuidade normal das operações. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, datado de 24 de março de 2023, com modificação, relativa à: não constituição de provisão para fazer frente a devolução de valores bloqueados relativos ao processo nº 5064097-8.2019.4.04.7100/RS, com a possibilidade de exigência de alguma forma de remuneração ou atualização monetária e em relação aos rendimentos financeiros originados da aplicação pela Cooperativa dos valores bloqueados de associados no montante de R\$ 7.491.954 no exercício de 2022 e de R\$ 2.910.330 no exercício de 2021; e, saldos registrados em Devedores por Depósitos em Garantia, onde a Cooperativa figura como investigada subsidiária e o processo corre em segredo de justiça por envolver diversos réus, bem como, Ênfase de eventos subsequentes, referente a transferência de R\$ 42.732.914 ocorrida em fevereiro de 2023 para a Caixa Econômica Federal, por decisão judicial, conforme mandado nº 710017031326, referente ao processo referido anteriormente. Esses assuntos estão por nós tratados nos parágrafos acima de limitação de escopo e de ênfase.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2024.

**Moore Prisma Auditores Independentes**

CRC 2SP017256/O-3 S "RS"

**André Zerbetto Chinarello**

Contador - CRC 1SP335254/O-8 S "RS"

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	NOTA	2023	2022
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	4	46.814	129.258
Instrumentos financeiros		16.177.518	71.852.860
Títulos e valores mobiliários	5	382.307	295.655
Relações interfinanceiras	6	10.901.503	68.016.943
Operações de crédito	7	2.650.148	1.288.245
Outros ativos financeiros	8	2.243.560	2.252.017
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(353.528)	(113.195)
Ativos fiscais correntes e diferidos		10	-
Outros ativos	10	87.723	315.063
Imobilizado de uso	11	386.151	377.170
Intangível	11	106.053	106.053
(-) Depreciações e amortizações	11	(261.574)	(177.918)
<b>Total do Ativo</b>		<b>16.189.167</b>	<b>72.489.291</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos	12	2.089.476	60.773.618
Demais instrumentos financeiros		773.088	5.393
Recursos de aceite e emissão de títulos	13	701.439	-
Outros passivos financeiros	14	71.649	5.393
Provisões	15	1.328	1.328
Obrigações fiscais correntes e diferidas		27.694	32.419
Outros passivos	16	963.737	815.165
		<b>3.855.323</b>	<b>61.627.923</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	17	4.146.932	3.963.613
Reservas de sobras		6.808.146	1.839.377
Sobras ou perdas acumuladas		1.378.766	5.058.378
		<b>12.333.844</b>	<b>10.861.368</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>16.189.167</b>	<b>72.489.291</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
	NOTA	2º semestre	Exercício
<b>Ingressos e receitas da intermediação financeira</b>		<b>1.617.626</b>	<b>4.284.247</b>
Operações de crédito	18	402.849	636.154
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	1.205.676	3.628.965
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.101	19.128
<b>Dispêndios e despesas da intermediação financeira</b>		<b>(370.357)</b>	<b>(491.961)</b>
Operações de captação no mercado	12	(100.337)	(243.693)
Operações de empréstimos e repasses		-	(468)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.b	(270.020)	(95.097)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.247.269</b>	<b>3.792.286</b>
<b>Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais</b>		<b>(891.938)</b>	<b>(1.413.294)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	184.208	312.291
Rendas de tarifas	19	5.215	12.146
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(588.749)	(1.180.463)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(481.554)	(983.538)
Dispêndios e despesas tributárias		(5.521)	(8.990)
Outros ingressos e receitas operacionais	22	45.852	53.854
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(51.389)	(20.241)
<b>Resultado operacional</b>		<b>355.331</b>	<b>1.943.625</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>24</b>	<b>(297.661)</b>	<b>(297.648)</b>
<b>Sobras antes da tributação e participações</b>		<b>57.670</b>	<b>6.093.622</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(7.640)</b>	<b>(18.132)</b>
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(3.815)	(9.061)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(3.825)	(9.071)
<b>Sobras do período antes das destinações</b>		<b>50.030</b>	<b>6.047.460</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
Sobras do período antes das destinações	50.030	6.047.460
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>50.030</b>	<b>6.047.460</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital Social		Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Totais
	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para contingências	Reserva para Expansão		
<b>Saldos em 01/01/2022</b>	<b>3.794.646</b>	<b>(19.518)</b>	<b>204.446</b>	<b>389.696</b>	<b>31.766</b>	<b>827.945</b>	<b>5.228.981</b>
Recuperação de perdas de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	22.038	22.038
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Aumento de reserva com sobras	-	-	-	620.959	-	(620.959)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(206.986)	(206.986)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	349.019	(194)	-	-	-	-	348.825
Por devolução (-)	(160.340)	-	-	-	-	-	(160.340)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	6.047.460	6.047.460
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	592.510	-	-	(592.510)	-
Outras destinações das sobras do período	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(296.255)	(296.255)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(122.355)	(122.355)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>3.983.325</b>	<b>(19.712)</b>	<b>796.956</b>	<b>1.010.655</b>	<b>31.766</b>	<b>5.058.378</b>	<b>10.861.368</b>
<b>Saldos em 01/01/2023</b>	<b>3.983.325</b>	<b>(19.712)</b>	<b>796.956</b>	<b>1.010.655</b>	<b>31.766</b>	<b>5.058.378</b>	<b>10.861.368</b>
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Ao capital	249.020	-	-	-	-	(249.020)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(2.797)	(2.797)
Outros eventos/reservas	-	-	22.038	4.784.523	-	(4.806.561)	-
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	178.964	2.006	-	-	-	-	180.970
Por devolução (-)	(246.671)	-	-	-	-	-	(246.671)
Estorno de capital	-	-	-	-	-	-	-
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	1.627.845	1.627.845
Utilização de FATES	-	-	-	-	-	51.156	51.156
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	162.208	-	-	(162.208)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(81.103)	(81.103)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(56.924)	(56.924)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>4.164.638</b>	<b>(17.706)</b>	<b>981.202</b>	<b>5.795.178</b>	<b>31.766</b>	<b>1.378.766</b>	<b>12.333.844</b>
<b>Saldos em 01/07/2023</b>	<b>4.121.440</b>	<b>(18.256)</b>	<b>818.994</b>	<b>5.795.178</b>	<b>31.766</b>	<b>1.577.815</b>	<b>12.326.937</b>
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	107.995	550	-	-	-	-	108.545
Por devolução (-)	(64.797)	-	-	-	-	-	(64.797)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	-	50.030	50.030
Utilização de FATES	-	-	-	-	-	51.156	51.156
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	162.208	-	-	(162.208)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(81.103)	(81.103)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(56.924)	(56.924)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>4.164.638</b>	<b>(17.706)</b>	<b>981.202</b>	<b>5.795.178</b>	<b>31.766</b>	<b>1.378.766</b>	<b>12.333.844</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Sobras antes da tributação e participações</b>	<b>57.670</b>	<b>1.645.977</b>	<b>6.093.622</b>
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	270.020	248.268	95.097
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	3.770	3.770	9.544
Depreciações e amortizações	42.886	88.586	72.545
<b>Sobras antes da tributação e participações ajustado</b>	<b>374.346</b>	<b>1.986.601</b>	<b>6.270.808</b>
<b>(Aumento) redução em ativos operacionais</b>			
Títulos e valores mobiliários	(612)	31.539	146.743
Relações interfinanceiras	21.200	-	-
Operações de crédito	(625.773)	(1.395.678)	(736.649)
Outros ativos financeiros	56.115	34.297	599.200
Ativos fiscais correntes e diferidos	(10)	(10)	-
Outros ativos	498.208	227.340	(608.025)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos	(16.805.987)	(58.684.142)	(760.798)
Recursos de aceite e emissão de títulos	701.439	701.439	-
Relações interfinanceiras	(15.400)	-	(2.550)
Outros passivos financeiros	(111.299)	66.256	(5.434)
Provisões	-	-	(24.000)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(3.402)	(4.725)	4.981
Outros passivos	166.640	148.572	472.487
FATES - Atos cooperativos	(29.947)	(29.947)	(296.255)
FATES - Atos não cooperativos	(56.924)	(56.924)	(122.355)
Imposto de renda	(3.815)	(9.061)	(22.769)
Contribuição social	(3.825)	(9.071)	(23.393)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais</b>	<b>(15.839.046)</b>	<b>(56.993.514)</b>	<b>4.891.991</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição em investimento em cooperativa central	(100.512)	(118.191)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(17.681)	(17.681)	(197.702)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(118.193)</b>	<b>(135.872)</b>	<b>(197.702)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de capital	108.545	180.970	348.825
Devolução de capital à cooperados	(64.797)	(246.671)	(160.340)
Distribuição de sobras para associados	-	(2.797)	(206.986)
Recuperação de perdas de exercícios anteriores	-	-	22.038
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>43.748</b>	<b>(68.498)</b>	<b>3.537</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(15.913.491)</b>	<b>(57.197.884)</b>	<b>4.697.826</b>
<b>Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	26.861.808	68.146.201	63.448.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.948.317	10.948.317	68.146.201
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(15.913.491)</b>	<b>(57.197.884)</b>	<b>4.697.826</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.  
Em reais

### 1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre – Credisis Coopesa (“Cooperativa”), fundada em 14 de abril de 2003, por um grupo formado com 33 empresários de diversos setores que se reuniram com o intuito de criar uma instituição que promovesse o cooperativismo visando o desenvolvimento de seus associados, oferecendo serviços financeiros e ao mesmo tempo dividindo resultados. Em 30 de Junho de 2004 seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil e no dia 18 de novembro do mesmo ano teve início o seu funcionamento.

A Cooperativa está sediada na Avenida Fernando Ferrari, nº 1.001, Pavilhão B1, Box 02, Ceasa Anchieta na cidade de Porto Alegre - RS e tem sua área de ação circunscrita ao Estado do Rio Grande do Sul.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos associados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

No dia 16 de dezembro de 2023, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária com o objetivo de deliberar sobre a alteração da razão social da Cooperativa de “Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região Metropolitana de Porto Alegre - CrediSIS/Coopesa” para “CrediSIS Coopesa - Cooperativa de Economia e Crédito”, além de mudar a classificação da cooperativa de “segmentada” para “livre admissão” de associados. Essas mudanças foram aprovadas em assembleia e estão aguardando homologação por parte da Junta Comercial.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2024 as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para

elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

## 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21, que versa sobre os conceitos e critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros, é um projeto institucional conduzido por membros das áreas Contábil, Riscos e Supervisão, Crédito, e Tecnologia do Sistema CrediSIS, com a aprovação do Conselho de Administração, conforme estipulado no artigo 76 da mencionada norma. Dada a abrangência significativa da Resolução e sua influência no cenário contábil, notadamente com a revogação de 19 normativos, incluindo a Resolução CMN N° 2.682/99, que trata dos critérios de classificação das operações de crédito e das regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Sistema CrediSIS optou por dividir o projeto em fases.



Esse enfoque visa possibilitar uma transição eficiente, alinhando-se aos princípios da política atual da Cooperativa Central e considerando as alterações necessárias nos sistemas de tecnologia. Ademais, foram delineadas atividades específicas, identificados responsáveis e estabelecidos prazos para adequação dos sistemas e processos de trabalho às medidas propostas, visando atingir a plena conformidade até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor.

Em consonância com a iminente implantação da referida resolução, o Sistema CrediSIS procedeu à revisão de sua estrutura, visando atender integralmente às disposições normativas. Nesse contexto, firmou parceria com a empresa de consultoria B.I.P para a efetiva implantação da Resolução CMN 4.966/21, e revisou o cronograma detalhado, delineando as etapas críticas até a entrada em vigor da resolução. Este cronograma abrange:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa. Retroalimentação do Plano de Implantação com todas as alterações decorrentes das novas normas emitidas após a divulgação do plano de implantação.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- **Etapa 03 (2024):** Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência RES.4966/21) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o

Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

## 2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, considerando o estágio dos processos em andamento onde figura como réu e a opinião de seu assessor jurídico. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

### b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo

imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

#### **e) Relações interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### **f) Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

#### **g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

#### **h) Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

#### **i) Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

#### **j) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos**

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

#### **l) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

**n) Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

**o) Imposto de renda e contribuição social**

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

**p) Partes relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

**q) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**r) Instrumentos financeiros**

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	46.814	129.258
Relações interfinanceiras (nota 6)	10.901.503	68.016.943
	<b>10.948.317</b>	<b>68.146.201</b>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos de renda fixa	-	-	-	30.140	-	30.140
Cotas de fundos de investimento	-	170.563	170.563	-	171.962	171.962
Participações em cooperativas (i)	-	211.744	211.744	-	93.553	93.553
	-	<b>382.307</b>	<b>382.307</b>	<b>30.140</b>	<b>265.515</b>	<b>295.655</b>

- Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

#### 6. Relações interdependências

Descrição	2023	2022
Centralização financeira (i)	10.901.503	68.016.943
	<b>10.901.503</b>	<b>68.016.943</b>

- Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS Central – Central de Cooperativas Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 3.628.965 (R\$ 7.509.045 em 2022).

Em fevereiro de 2023, foi exigido pelo judiciário a transferência dos valores bloqueados em conta corrente de associados, registrados em depósito à vista (nota 12), que estavam com bloqueio judicial, originados do processo de natureza criminal nº 5064097-48.2019.4.04.7100/RS, totalizado em R\$ 58.530.822, o qual ocasionou em redução significativa dos saldos. As receitas provenientes da centralização financeira registradas em ingressos de depósitos intercooperativas, em 2023 e 2022, estão, substancialmente, representadas pelos rendimentos desse montante bloqueado.

## 7. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	960.701	770.146	1.730.847	829.424	321.596	1.151.020
Financiamentos	335.596	583.705	919.301	58.221	79.004	137.225
	<b>1.296.297</b>	<b>1.353.851</b>	<b>2.650.148</b>	<b>887.645</b>	<b>400.600</b>	<b>1.288.245</b>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 570.981 (R\$ 251.875 em 2022). (Nota 18)

### b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	624.326	624.326	-	410.514	410.514
B	1,0	70.000	1.288.933	1.358.933	12.953	386.825	399.778
C	3,0	-	331.959	331.959	29.394	363.771	393.165
D	10,0	-	54.218	54.218	-	-	-
E	30,0	-	-	-	-	18.770	18.770
F	50,0	2.564	15.069	17.633	-	-	-
H	100,0	14.086	248.993	263.079	38.092	27.926	66.018
		<b>\$6.650</b>	<b>2.563.498</b>	<b>2.650.148</b>	<b>\$0.439</b>	<b>1.207.806</b>	<b>1.288.245</b>

### c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024		232.822
2025	620.430	104.506
2026	399.486	45.295
2027	243.770	17.977
2028	90.165	
	<b>1.353.851</b>	<b>400.600</b>

### d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 723.479 (R\$ 777.726 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 65.173, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 25.421 em 2022), registrados em ingressos de operações de crédito (nota 18).

## S. Outros ativos financeiros

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	535	-	535	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens	15.008	55.000	70.008	12.000	67.000	79.000
Devedores por depósitos em garantia (i)	-	2.173.017	2.173.017	-	2.173.017	2.173.017
	<b>15.543</b>	<b>2.228.017</b>	<b>2.243.560</b>	<b>12.000</b>	<b>2.240.017</b>	<b>2.252.017</b>

## 9. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

### a) Composição por tipo de operação

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(139.239)	(164.749)	(303.988)	(58.949)	(30.546)	(89.495)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11.040)	(38.500)	(49.540)	(3.600)	(20.100)	(23.700)
	<b>(150.279)</b>	<b>(203.249)</b>	<b>(353.528)</b>	<b>(62.549)</b>	<b>(50.646)</b>	<b>(113.195)</b>

### b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(113.195)</b>	<b>(144.819)</b>
Créditos baixados para prejuízo	7.935	126.721
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(225.761)	(124.613)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(49.170)	(23.275)
Reversão de provisão para operações de crédito	3.333	24.715
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	23.330	28.076
<b>Saldo final</b>	<b>(353.528)</b>	<b>(113.195)</b>

## 10. Outros ativos

Descrição	2023	2022
Pagamentos a ressarcir	43.653	-
Devedores diversos - País	40.824	17.004
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	294.000	294.000
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	(294.000)	-
Despesas antecipadas	3.246	4.059
	<b>\$7.723</b>	<b>315.063</b>

- i. Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.



## 11. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>					
Imobilizações em curso	-	-	-	-	4.649
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	134.952	(86.588)	48.364	59.767
Veículos	20%	157.000	(44.483)	112.517	143.916
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	94.199	(47.179)	47.020	51.364
		<b>386.151</b>	<b>(178.250)</b>	<b>207.901</b>	<b>259.696</b>
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	20%	106.053	(83.324)	22.729	45.609
		<b>492.204</b>	<b>(261.574)</b>	<b>230.630</b>	<b>305.305</b>

## 12. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista (i)	742.538	59.207.022
Depósitos a prazo (ii)	1.346.938	1.566.596
	<b>2.089.476</b>	<b>60.773.618</b>

- i. Refere-se a valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. Em 2023, houve a redução significativa dos valores conforme mencionado em nota explicativa 6.
- ii. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 243.693 (R\$ 225.200 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

## 13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	662.121	39.318	701.439	-
	<b>662.121</b>	<b>39.318</b>	<b>701.439</b>	<b>-</b>

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

## 14. Outros passivos financeiros

Descrição	2023	2022
Convênio – Plano de Saúde	70.180	4.455
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.036	938
Obrigação por aquisição de bens e direitos	433	-
	<b>71.649</b>	<b>5.393</b>

## 15. Passivos Contingentes

Descrição	2023	2022
Provisão para contingências	1.328	1.328
	<b>1.328</b>	<b>1.328</b>

O saldo acima trata-se de processo nº 5000356-64.2014.8.21.1001 em andamento com probabilidade de perda possível, sobre o qual a administração da Cooperativa optou, com base em experiências anteriores, em constituir provisão.

A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial de natureza cível, no montante de R\$ 63.331 em 31 de dezembro de 2023, classificada pelo seu assessor jurídico como perda possível, sobre o qual a administração da Cooperativa optou, com base em experiências anteriores, em não constituir provisão.

A Cooperativa também é ré em processos de natureza criminal referentes ao processo originário 5003845- 79.2019.4.04.7100, que possui diversos réus e investigados. Esse processo se desdobra em vários números secundários, referentes às várias fases ou determinações judiciais. O processo 5064097-48.2019.4.04.7100 (nota 8), corre em segredo de justiça por envolver diversos réus. O seu assessor jurídico classifica esses processos como perda remota.

Conforme seu assessor jurídico, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda provável em 31 de dezembro de 2023.

## 16. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	667.989	581.116
Sobras a distribuir	8.719	14.851
Quotas de capital a pagar	171.316	109.386
	<b>\$48.024</b>	<b>705.353</b>
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	114.492	86.747
Credores diversos no País	1.221	11.077
	<b>115.713</b>	<b>97.823</b>
Outros passivos	-	11.988
	<b>963.737</b>	<b>\$15.165</b>

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17).

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

É representado pelas integralizações de 1.319 e 1.302 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 180.970 (R\$ 348.825 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 249.020, por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 246.671 (R\$ 160.340 em 2022).

O capital social é de R\$ 4.146.932 e de R\$ 3.963.613 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

### b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras do período antes das destinações	1.627.845	6.047.460
Recuperação de perdas de exercícios anteriores	-	22.038
Utilização de FATES	51.156	-
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(162.208)	(592.510)
FATES - Atos Cooperativos (ii)	(81.103)	(296.255)
FATES - Atos Não Cooperativos	(56.924)	(122.355)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>1.378.766</b>	<b>5.058.378</b>

- i. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- ii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 16).

### c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para distribuição aos associados mediante crédito no capital social (R\$ 251.817) e R\$ 4.784.523 para a reserva para contingências.

## 18. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	166.171	254.500	123.831
Rendas de direitos creditórios descontados	95.375	215.119	102.383
Rendas de financiamentos	68.880	90.648	21.016
Rendas de adiantamento a depositantes	7.250	10.714	4.645
	<b>337.676</b>	<b>570.981</b>	<b>251.875</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7.d)	65.173	65.173	25.421
	<b>402.849</b>	<b>636.154</b>	<b>277.296</b>

## 19. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	175.511	296.629	241.386
Rendas de cobrança	8.697	15.662	10.640
	<b>184.208</b>	<b>312.291</b>	<b>252.026</b>
Rendas de tarifas			
Rendas de tarifas bancárias – PJ	3.475	8.829	7.904
Rendas de serviços prioritários – PF	1.740	3.317	2.230
	<b>5.215</b>	<b>12.146</b>	<b>10.134</b>
	<b>189.423</b>	<b>324.437</b>	<b>262.160</b>

## 20. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de honorários – Conselho de Administração e Diretoria	(269.600)	(533.000)	(410.000)
Despesas de pessoal – proventos	(100.224)	(241.570)	(281.150)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(93.741)	(186.057)	(168.537)
Despesas de pessoal – benefícios	(99.840)	(176.492)	(127.133)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(18.000)	(36.000)	(25.500)
Despesas de pessoal – treinamentos	(7.344)	(7.344)	-
	<b>(588.749)</b>	<b>(1.180.463)</b>	<b>(1.012.320)</b>

## 21. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesa Central (nota 26.1)	(193.932)	(485.099)	(325.327)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(83.475)	(159.155)	(102.512)
Depreciações e amortizações	(42.886)	(88.586)	(72.546)
Outras despesas administrativas	(30.280)	(70.452)	(70.013)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(56.048)	(64.842)	(12.997)
Serviços do sistema financeiro	(20.731)	(44.118)	(31.068)
Manutenção, conservação de bens e material	(13.354)	(18.630)	(17.020)
Transporte	(12.526)	(16.898)	(10.029)
Aluguéis	(12.961)	(15.192)	(3.705)
Processamento de dados	(7.799)	(10.142)	(10.717)
Comunicações	(3.297)	(6.159)	(4.450)
Seguros	(3.670)	(3.670)	(8.790)
Viagem no país	(595)	(595)	-
	<b>(481.554)</b>	<b>(983.538)</b>	<b>(669.174)</b>

## 22. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras rendas operacionais	22.733	22.733	-
Recuperação de encargos e despesas	14.516	17.181	39.231
Juros ao capital recebidos da Central (i)	8.602	13.939	-
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	1	1	-
	<b>45.852</b>	<b>53.854</b>	<b>39.231</b>

i. Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credisis Central.

## 23. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(51.389)	(53.961)	(20.053)
Despesas de cessão de operações de crédito	-	-	(188)
	<b>(51.389)</b>	<b>(53.961)</b>	<b>(20.241)</b>

## 24. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas não operacionais</b>			
Outras rendas não operacionais	238	379	54.955
Ganhos de capital	6	7	5.593
Lucros na alienação de valores e bens	-	-	15.191
	<b>244</b>	<b>386</b>	<b>75.739</b>
<b>Despesas não operacionais</b>			
Despesas de provisões não operacionais	(294.000)	(294.000)	-
Outras despesas não operacionais	(3.905)	(4.034)	(16.895)
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	-	(880)
Perdas de capital	-	-	(46.260)
	<b>(297.905)</b>	<b>(298.034)</b>	<b>(64.035)</b>
	<b>(297.661)</b>	<b>(297.648)</b>	<b>11.704</b>

## 25. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

## 26. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito	557.746	350.697
<b>Passivo</b>		
Depósitos à vista e a prazo	271.781	246.630
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	129.914	155.424
<b>Principais operações:</b>		
Ingressos com operações de crédito	22.478	67.853
Dispêndio com captações	(2)	(16.100)

## 26.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

### a) Atribuições estatutárias

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

### b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
<b>Principais saldos:</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (nota 6)	10.901.503	68.016.943
<b>Ativo não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	211.744	93.553
<b>Principais operações:</b>		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira	3.628.965	7.509.045
Dispêndios		
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21)	(485.099)	(325.327)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

## 27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	12.311.115	11.234.371
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	8.973.420	19.031.942
Índice de Basileia	137,20%	59,02%

## 28. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site [www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br), sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

### a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

### b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

### c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

**d. Risco de Mercado:**

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

**e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):**

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

**f. Risco de Conformidade:**

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

**g. Gestão de Continuidade do Negócio:**

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

**h. Gerenciamento de Capital:**

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

## 29. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

**Gabrielle Ruchel de Souza**

Presidente  
CPF: 037.852.510-76

**Rodrigo Cassiano dos Santos**

Contador CRC: RO009276/O-4  
CPF: 851.693.312-15





**Acesse nosso site!**

[www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br)